



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO - FAZENDA CACHOEIRA



PERÍODO: 30 Nov a 4 Dez 2009

LOCAL: Sao Geraldo do Araguaia – PA

ATIVIDADE: bovinocultura

VOLUME ÚNICO

OP 139/2009



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA -PA- NOV 2009

ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
EQUIPE	1
MOTIVAÇÃO DA AÇÃO FISCAL	1
DADOS DO EMPREGADOR	2
DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	2
CARACTERIZAÇÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO	3
ALOJAMENTO DO EMPREGADO	5
AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	10
DO ROMPIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO PELA EXISTÊNCIA DO TRABALHO ESCRAVO	11
CONCLUSÃO	14
NUMERAÇÃO DOS PONTOS DE GPS	15
TERMO DE DECLARAÇÃO DO EMPREGADO	16-8
RELAÇÃO DE VERIFICAÇÃO FÍSICA DE EMPREGADOS	18-9
NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS – NAD	20-1
NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	22
PLANILHAS DE CALCULOS TRABALHISTAS	23
REGISTRO DE IMÓVEL RURAL	24-5
LAUDO DE POTABILIDADE DA ÁGUA	26
DOSSIE ANALÍTICO POR EMPREGADO	27-30
LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS	31-77
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO	78
REQUERIMENTOS DO SEGURO DESEMPREGO DO TRABALHADOR RESGATADO	79
RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO EMITIDOS	80
AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	81-98



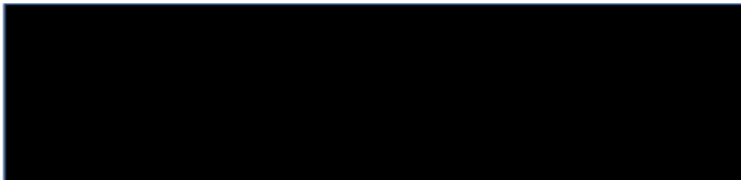
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

1. Equipe

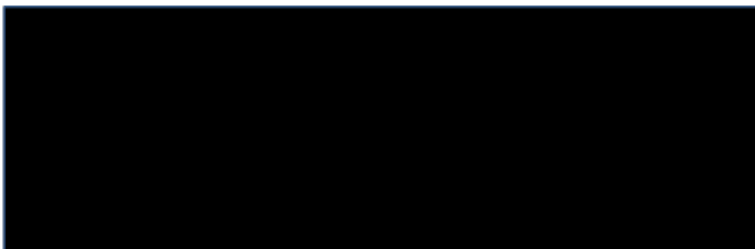
a) Ministério do Trabalho e Emprego

-
-
-
-



b) Polícia Federal

-
-
-
-
-
-



c) Ministério Público do Trabalho

-



2. Motivação da ação fiscal

A ação fiscal foi motivada por solicitação do Ministério Público do Trabalho em Marabá (Ofício nº 665, de 9 de setembro de 2009).



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009



Empregados da Fazenda Cachoeira sendo inquiridos pelo GEFM

3. Empregador

O empregador fiscalizado desenvolve atividade de bovinocultura para corte.

- a) FAZENDA CACHOEIRA .
- b) CEI: 33.830.00572-82
- c) CNAE: 0151-2/01
- d) Endereço: Margem esquerda do Rio Araguaia – São Geraldo do Araguaia-PA CEP:68570-000
- e) Coordenadas GPS: S -06 11' 25,06078" e WO -48 26' 31,22760"

4. Dados gerais da operação

	HOMENS	MULHERES	MENORES
EMPREGADOS EM ATIVIDADE NO ESTABELECIMENTO	8	0	0
AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS		11	
GUIAS DO SDTR EMITIDAS		1	
TRABALHADORES RESGATADOS		1	
TRABALHADORES REGISTRADOS		1	
TRABALHADORES ALCANÇADOS		8	
CTPS EMITIDAS		0	
ARMAS APREENDIDAS		1	
VALOR BRUTO DA RESCISÃO		R\$1.938,93	
VALOR LÍQUIDO DA RESCISÃO		R\$1.938,93	
TERMOS DE INTERDIÇÃO DO ALOJAMENTO		0	
TERMOS DE APREENSÃO E GUARDA		0	
FGTS RECOLHIDO SOB AÇÃO FISCAL (COMPETÊNCIAS E VALORES)		0	



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009

5. Da caracterização do vínculo empregatício

██████████ foi contratado, inicialmente, como empreiteiro para a construção da cerca de arame para a Fazenda Cachoeira. Esta contratação foi feita por intermédio do gerente da fazenda, o Sr. ██████████. ██████████ chamou para o trabalho outros três trabalhadores, que acabaram se retirando da atividade da construção da cerca por não agüentarem o trabalho. A atividade envolve a perfuração, de forma manual, com escavadeira e alavanca, dos buracos para as estacas. Como o terreno da Fazenda Cachoeira, em alguns pontos, contém muita pedra, vez por outra, o local a ser perfurado apresentava estas pedras, tornando o trabalho muito pesado.

Declaração do empregado ██████████

“... que logo que chegou na fazenda trouxe mais 3 trabalhadores, mas eles não agüentaram o serviço pesado e foram embora em 1 semana sem receber nada com as mãos machucadas.”

██████████, o ██████████, somente conseguiu continuar no trabalho pelo fato de ter adquirido luvas para o trabalho, que conteve o desgaste de suas mãos.

Declaração do empregado ██████████

“... que comprou 1 par de luvas porque o serviço arranca o couro das mãos.”

O gerenciamento da prestação dos serviços de ██████████ era feito pelo Sr. ██████████, o gerente da propriedade rural, porém o pagamento pelos serviços seria feito pelo proprietário, o advogado ██████████. O termo “seria” deve-se ao fato de o empregado ter iniciado suas atividades, mas até a data do início da fiscalização, não ter recebido nenhum valor pelos serviços executados.

Declaração do empregado ██████████

“ ... que foi contratado pelo ██████████ gerente da Fazenda; que veio acompanhando um outro cerqueiro, o ██████████ (...); há 3 meses o gerente ██████████ foi até a sua casa oferecer serviço; ofereceu R\$4,00 por estaca e R\$1000,00 o quilômetro; o dono da Fazenda é o doutor ██████████ e ele acha que ele é advogado; que o proprietário da fazenda vem todos os meses à Fazenda; que quem administra o serviço é o ██████████, mas quem faz o pagamento é o Dr. ██████████ que até agora já fez quase 1 quilômetro (...); que não recebeu nenhum equipamento de proteção individual; que trabalha de chinelo; que o dono da fazenda não gosta que ele cace na propriedade, mas se ele não caçar só come arroz com feijão (...); que ainda não recebeu; (...)”



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009

Embora a atividade seja temporária, a construção da cerca constitui uma das atividades necessárias para o empreendimento da bovinocultura. [REDACTED] iniciou suas atividades em 22 de setembro de 2009, estava cumprindo determinação do gerente da fazenda a mando do proprietário, acertou o valor do serviço a ser prestado, a atividade possui caráter contínuo embora com termo certo, isto é, a entrega da cerca pronta.

Declaração do empregado [REDACTED]

"... que veio acompanhando um outro cerqueiro [REDACTED] há 2 anos e ficou trabalhando fazendo cerca por 8 meses, mas o ganho era pouco e resolveu sair. Há 3 meses o gerente [REDACTED] foi até a sua casa oferecer serviço (...). Que hoje já começou a fazer outra etapa da cerca."

Não foi apresentado nenhum contrato com prazo determinado ou indeterminado que pudesse ser analisado pela fiscalização.

Declaração do empregado [REDACTED]

"... que não tem carteira de trabalho assinada, que não assinou nenhum tipo de contrato de trabalho."

Em suma, pelo que foi presenciado pelo GEFM, não restam dúvidas quanto à figuração no pólo empregatício por parte da Fazenda Cachoeira em relação àquele trabalhador flagrado pela fiscalização em atividade.

Presentes, portanto, os elementos caracterizadores da relação de emprego, isto é, a subordinação jurídica, a onerosidade, a pessoalidade, a não-eventualidade e a continuidade das atividades.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009



Ferramentas utilizadas na construção da cerca e os buracos para as estacas

6. Do alojamento do empregado, condições de alimentação e água

O alojamento disponibilizado ao trabalhador que construía a cerca da Fazenda Cachoeira, era construído de palha e madeira, somente, diretamente no solo, sem instalações sanitárias. Os pertences do empregado ficavam dependurados em árvores, nas madeiras do barraco e espalhados pelo chão. Não havia local adequado para preparo de alimentos ou para que o trabalhador pudesse fazer as refeições. Havia um pequeno fogão de pedras juntas onde o empregado preparava a alimentação para o consumo.

Declaração do empregado [REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009

“(...) Que mora em um barraco construído por ele no meio da mata com madeira e palha de babaçu, com terra batida e sem proteção lateral. Que dorme em uma rede própria. Que construiu o fogão dentro do barraco com 2 pedaços de pedra.(...)Que faz as necessidades fisiológicas no mato”



Visão interna e externa do alojamento de palha utilizado pelo cerqueiro na Faz Cachoeira



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009



Condições de preparo e consumo da alimentação do cerqueiro

A alimentação era insuficiente para o grande esforço necessário à atividade de construção da cerca, constituída apenas de arroz e feijão. A carne que, às vezes, o empregado conseguia ter acesso, era de caça (tatus, jacus e cotias) presente na área próxima ao local habitado, abatida pelo mesmo com uma arma calibre.20 apreendida pela equipe da Polícia Federal. A arma era de propriedade do empregado.

Declaração do empregado

“(…) Que ele mesmo faz a sua comida. Que pela manhã come ovo frito com café. Que almoça arroz, feijão e carne só quando caça jacu, cotia e tatu. Que janta o mesmo do almoço. (…)”



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009



Arma apreendida e a munição calibre .20 que estavam em poder do empregado.

A água disponibilizada para o empregado provinha de córregos e não recebia quaisquer processos de tratamento, sendo utilizada para todos os fins (beber, cozinhar e tomar banho). Para o consumo e transporte na frente de trabalho, o empregado utilizava um frasco de plástico antes utilizado como embalagem para vinho, enrolado em um pano.

Declaração do empregado

“... Que bebe água de um igarapé próximo ao barraco. Que usa essa mesma água para tomar banho, lavar vasilhas e cozinhar.”





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009



Condições da água consumida pelo cerqueiro [REDACTED] na Faz Cachoeira

Não havia local adequado para a higiene dos utensílios utilizados para o preparo dos alimentos. Tudo era improvisado, constituído de tábuas soltas e escorregadias por causa da lama e umidade, tornando o local inseguro e propício a tombos sobre madeiras pontiagudas.

Não havia disponível nenhum material para a prestação de primeiros socorros, nem nenhum tipo de medicação.

Declaração do empregado [REDACTED]

(...) Que na Fazenda não tem material de primeiros socorros nem medicamento. (...) Que nunca fez nenhum exame médico durante todo o período em que trabalhou na Fazenda(...) que já teve diarreia várias vezes, que passou muito mal. Que não teve atendimento médico.(...)"





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009



Local utilizado pelo empregado para a higienização dos utensílios de preparo dos alimentos

7. Autos de Infração lavrados

Diante do cenário encontrado pelo GEFM, vários Autos de Infração foram lavrados em desfavor da Fazenda Cachoeira Ltda, conforme lista anexa ao presente relatório.



Empregador (D) recebendo orientações do GEFM

Empregado recebendo as verbas rescisórias



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009

8. Do rompimento da relação de emprego pela existência do trabalho análogo ao de escravo.

a) Da degradância

Pela realidade fática encontrada pelo GEFM na Fazenda Cachoeira, bem como pelas condições a que estava exposto o trabalhador no alojamento no qual habitava, fica clara a condição degradante do ambiente de trabalho.

Degradante é o ato ou fato que provoca degradação, desonra. Degradação é ato ou efeito de degradar. Degradar é privar de graus, títulos, dignidades, de forma desonrante. Degradar é o oposto a graduar, a promover. Degradar é despromover. Degradante é o fato ou ato que despromove. Que rebaixa. Que priva do status de cidadão. Que nega direitos inerentes à cidadania.

Pode-se dizer que “trabalho em condições degradantes é aquele em que há a falta de garantias mínimas de saúde e segurança, além da falta de condições mínimas de trabalho, de moradia, higiene, respeito e alimentação, tudo devendo ser garantido – o que deve ser esclarecido, embora pareça claro – em conjunto, ou seja, em contrário, a falta de um desses elementos impõe o reconhecimento do trabalho em condições degradantes.

Assim, “se o trabalhador presta serviços exposto à falta de segurança e com riscos à sua saúde, temos o trabalho em condições degradantes. (...). Se, para prestar o trabalho, o trabalhador tem limitações na sua alimentação, na sua higiene, e na sua moradia, caracteriza-se o trabalho em condições degradantes.” (Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação – Ed. LTR – 2006 – págs. 132\3).

É evidente que a Fazenda Cachoeira não promove um meio ambiente adequado ao ponto de corresponder à dignidade da pessoa humana e à cidadania e, portanto, a um direito fundamental positivado na Constituição Federal, especificamente contido nos arts. 7.º, XXII, 200, VIII e 225.

Significa que este direito fundamental deve ter tratamento prioritário pelo Poder Público e que deve ser defendido por todos os segmentos envolvidos, notadamente, trabalhadores e empregadores, não podendo ser colocado em segundo plano nas ações de Estado, muito menos, por particulares.

“Tal ‘status’ reconhecido ao meio ambiente sadio como direito fundamental faz elevá-lo ao mesmo nível de relevantíssimos direitos, tal próprio direito à vida, demandando, para sua defesa ou efetivação, providências estatais e da sociedade civil”. (Antunes,



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009

Paulo de Bessa. *Direito Ambiental* – 3.Ed. – Rio de Janeiro – RJ – Editora Lúmen Júris, 1999, p. 170)

“O meio ambiente de trabalho vem a ser o ‘habitat laboral’, isto é, tudo que envolve e condiciona, direta e indiretamente, o local onde o homem obtém os meios para promover o quanto necessário para sua sobrevivência e desenvolvimento, em equilíbrio com o ecossistema. A ‘contrário sensu’, portanto quando aquele ‘habitat’ se revela inidôneo a assegurar as condições mínimas para uma razoável qualidade de vida do trabalhador, aí se terá uma lesão ao meio ambiente do trabalho”.(MANCUSO, Ricardo de Camargo - *Ação Civil Pública Trabalhista: análise de alguns pontos controvertidos*. Revista de Processo, São Paulo: RT, vol. 93, ano 24, p. 161 jan-mar 1999).

Logo, trata-se de inegociabilidade e irrenunciabilidade desse direito fundamental, não podendo as medidas de segurança, saúde e higiene do ambiente de trabalho figurar como situação de redução de custos para quaisquer empresas, seja de forma intencional, seja por omissão.

O ambiente de trabalho encontrado pelo GEFM na Fazenda Cachoeira, de propriedade do Sr. [REDACTED], na atividade da construção da cerca, viola a dignidade da pessoa humana. Essa última, pode-se dizer que seria “a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, em um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano e que venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

Foi feita a rescisão do contrato de trabalho e tendo sido pago todos os direitos trabalhistas do empregado, além da emissão do seguro desemprego do trabalhador resgatado.

b) Do endividamento do empregado

[REDACTED] não recebeu nenhum valor a título de pagamento dos serviços prestados até a data da presença da fiscalização trabalhista na propriedade do Sr. [REDACTED]. O acerto do pagamento somente seria feito ao final dos trabalhos, isto



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009

é, com a cerca pronta. Desta forma, ao longo da duração do trabalho, Odair vinha contraindo dívidas junto a um supermercado para a sua sobrevivência.

Com autorização do dono da fazenda, [REDACTED] vinha adquirindo produtos alimentícios (basicamente, arroz, feijão, óleo, açúcar, sal e café) em um supermercado na cidade de São Geraldo do Araguaia – PA, o “Armazém Paulista”. Todas as notas eram repassadas ao gerente [REDACTED] para que o valor fosse descontado ao final da construção da cerca.

Por outro lado, o ferramental utilizado pelo empregado [REDACTED] também seria descontado, constando nota de despesa da compra feita pelo empregado da escavadeira e alavanca para a realização dos buracos.

Depois de realizados os descontos, [REDACTED] teria R\$ 250,00 para receber pelos dois meses trabalhados. O trabalhador relatou ainda que no dia 23 de novembro de 2009 realizou mais uma compra de alimentos no supermercado no valor de R\$ 270,00, e que se o empregador resolvesse descontar esse valor antes do início da próxima construção de cerca ele, além de não receber nada pelos serviços prestados, ficaria devendo R\$ 20,00 ao Sr. [REDACTED]

Considerando o que foi relatado pelo empregado ao GEFM, foi constatado, que existe na Fazenda Cachoeira um ciclo de dívida em desfavor do empregado [REDACTED], diminuindo assim seu poder de compra e limitando a sua liberdade de dispor de seu salário.



Notas de compras dos utensílios de trabalho e alimentícios feitos por [REDACTED]

10. Conclusão



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA CACHOEIRA – SÃO GERALDO DO ARAGUAIA-PA – 24 NOV A 5 DEZ 2009

A degradância apresentada concretamente ao empregado da Fazenda Cachoeira, presenciada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, ataca a saúde, a dignidade e o estado físico do mesmo, colocando-o à margem da cidadania.

Pelo que foi examinado e declarado pelo próprio empregado, evidencia-se que a Fazenda Cachoeira promoveu o descrédito da pessoa que exercia suas atividades laborais. A Fazenda não prestava as informações necessárias ao bom entendimento que o empregado deve possuir das responsabilidades, direitos e deveres mútuos dentro de uma justa e lícita relação de emprego, em completo desprezo pela condição de empregado.

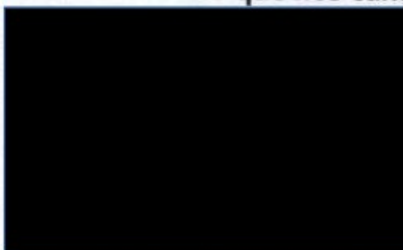
Atenta a Fazenda Cachoeira contra a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a valorização do trabalho humano e a livre concorrência. Desrespeitando esse último, tem a chance de oferecer ao mercado um produto mais barato que aqueles que cumprem os direitos trabalhistas, às custas da sonegação e exploração do trabalho humano.

São evidentes, portanto, os indícios da existência da situação prevista no Art. 149 do Código Penal – redução à condição análoga à escravidão - pelo estado de degradância e pelo ciclo de endividamento, ambas as situações envolvendo o empregado da Fazenda Cachoeira.

Tal realidade dá azo ao rompimento do contrato de trabalho existente entre os que figuram na relação de emprego, tendo como consequência a retirada dos mesmos conforme preconiza o artigo 2º da Lei 7998/90 (Lei do Seguro Desemprego):

(...), em decorrência de ação de fiscalização do MTE, os trabalhadores identificados como submetidos a regime de trabalho forçado ou reduzidos à condição análoga à de escravo deverão ser resgatados. A rescisão dos contratos de trabalho, com o pagamento imediato das verbas rescisórias, dar-se-á com fundamento no artigo 483 e alíneas, da CLT, combinado com o dispositivo legal acima citado, garantidos aos trabalhadores todos os direitos que seriam devidos em caso de rescisão indireta do contrato de trabalho.” (Manual do Trabalho Escravo – Secretaria de Inspeção do Trabalho – 16 de junho de 2009).

É o que nos cumpre relatar.



Brasília, DF, 3 de novembro de 2009.